



**Magalupay Instituição de Pagamento S.A.**  
**(Anteriormente denominada**  
**Hub Instituição de Pagamento S.A.)**

**Demonstrações Financeiras**

**30 de junho de 2025**

com Relatório do Auditor Independente

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a **MagaluPay Instituição de Pagamento S.A.** apresenta suas Demonstrações Financeiras relativas ao semestre encerrado em 30 de junho de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O primeiro semestre de 2025 consolidou o MagaluPay como a principal plataforma de pagamentos do ecossistema Magalu. Nossas soluções, agora, processam transações de outras marcas do Grupo, como Netshoes, KaBuM!, Época Cosméticos, Estante Virtual e Aiqfome. Com tecnologia própria, essa integração permitiu a captura de ganhos de eficiência, acelerando a geração de receitas e ampliando as margens da Instituição.

Em termos de resultados, nossa plataforma de subadquirência e provedora de serviços de pagamento registrou um crescimento robusto. O **Volume Total de Pagamentos (TPV) aumentou 15,8%**. Em transações processadas, destacamos o **PIX**, com crescimento de 6,6%, que contribuiu para a maior disponibilidade de caixa e a consequente redução da despesa financeira da Instituição.

Nossa solução de conta digital para pessoas jurídicas, gratuita para os sellers do ecossistema, continua a ampliar sua gama de serviços, oferecendo funcionalidades essenciais de uma conta de pagamentos, além de antecipação de recebíveis e empréstimos com garantia. Essas iniciativas reforçam nossa estratégia de oferecer serviços financeiros de forma integrada, contribuindo significativamente para a rentabilidade da Instituição. Encerramos o período com 174 mil contas PJ de sellers do Magalu, movimentando R\$2,7 bilhões em TPV da Conta Digital.

Para o segmento de pessoas físicas, com o objetivo de expandir a oferta de meios de pagamento para os clientes, lançamos o **Carnê Digital MagaluPay**, desenvolvido e processado internamente em parceria com a GiroTech. O novo método de financiamento ao consumo está disponível no SuperApp Magalu.

Continuamos otimistas em relação ao futuro da Instituição e às oportunidades de expansão. No primeiro semestre de 2025, avançamos na construção da **MagaluPay SCFI**, nossa nova financeira, que em breve nos permitirá desenvolver um portfólio de produtos e serviços financeiros ainda mais amplo e eficiente para clientes e *sellers*.

Aproveitamos para agradecer a todos os nossos clientes pela preferência e confiança. Expressamos também nossa gratidão aos nossos colaboradores, cuja dedicação, empenho e excelência foram essenciais para alcançar esses resultados. Reconhecemos que, sem eles, não teríamos chegado a esse patamar.

### A Administração

São Paulo, 12 de setembro de 2025.

## Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração do resultado abrangente .....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10



**Shape the future  
with confidence**

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos Cotistas e Administradores da

### **Magalupay Instituição de Pagamento S.A.**

(Anteriormente denominada Hub Instituição de Pagamento S.A.)

São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Magalupay Instituição de Pagamento S.A. (Magalupay), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Magalupay Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Magalupay, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Apresentação dos valores comparativos**

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, a qual descreve que as referidas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future  
with confidence**

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A diretoria da Magalupay é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Magalupay continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Magalupay ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Magalupay são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future  
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Magalupay.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Magalupay. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Magalupay a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de setembro de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

Henrique Furtado Maduro  
Contador CRC SP-291892/O

## Balanço patrimonial

30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>1.900</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>2.450.562</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		<b>1.925.274</b>
Aplicação interfinanceira de liquidez	4 e 5.a	1.944
Relações interfinanceiras ativas	5.d	1.923.403
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(73)
<b>Ao valor justo por meio de resultados</b>		<b>188.101</b>
Títulos e valores imobiliários	5.b	188.101
<b>Outros créditos</b>	5.e	<b>337.187</b>
<b>(-) Outros créditos</b>		<b>(13.118)</b>
<b>Ativos fiscais</b>	6	<b>82.182</b>
Ativos fiscais diferidos		70.471
Ativos fiscais correntes		11.711
<b>Outros valores e bens</b>	7	<b>6.996</b>
<b>Investimentos</b>	8	<b>661</b>
<b>Imobilizado de uso</b>	9.a	<b>5.732</b>
<b>Intangível</b>	10.a	<b>394.205</b>
<b>Depreciações e Amortizações</b>	9.a e 10.a	<b>(156.741)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.772.379</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Balanço patrimonial

30 de junho de 2025  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>30/06/2025</b>
<b>Passivos Financeiros</b>		<b>137.269</b>
<b>Ao custo amortizado</b>		
Depósitos	11.a	137.221
Relações interfinanceiras passivas	11.b	48
<b>Passivos fiscais</b>		<b>12.553</b>
Passivos fiscais correntes	12.e	12.553
<b>Outros passivos</b>	<b>13</b>	<b>2.166.633</b>
Valores a repassar		1.962.839
Outros		203.794
<b>Provisão passivos contingentes</b>	<b>14</b>	<b>10.918</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>445.006</b>
Capital Social	<b>15</b>	290.876
Reservas de Capital		11.342
Reservas de Lucros	15	125.723
Lucros acumulados		17.065
<b>Total do passivo e Patrimonio Líquido</b>		<b>2.772.379</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	30/06/2025
<b>(Despesa)/Receita da intermediação financeira</b>		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.930
Operações com Títulos e Valores Mobiliários		13.826
Outros rendimentos e ajustes de marcação a mercado		1.963
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(71)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>16</b>	<b>20.648</b>
<b>Receitas / (despesas) operacionais</b>		
		<b>4.120</b>
Receita de prestação de serviços	17	404.172
Despesas de pessoal	18	(39.387)
Outras despesas administrativas	19	(50.963)
Despesas tributárias	20	(43.475)
Resultado de participações em coligadas e controladas		(2)
Prejuízos em transações com valores e bens		(31)
Despesa com transações de pagamentos	21	(268.524)
Outras receitas operacionais	22.a	17.656
Outras despesas operacionais	22.b	(15.326)
<b>Resultado operacional</b>		<b>24.768</b>
<b>Resultado antes dos tributos e participações</b>		<b>24.768</b>
<b>Provisão para imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12.a</b>	<b>(7.095)</b>
Imposto de Renda e contribuição social corrente		(251)
Imposto de Renda e contribuição social diferido		(6.844)
<b>Lucro líquido</b>		<b>17.673</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>407.067.919</b>
<b>Resultado líquido por ação</b>		<b>0,0434</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	30/06/2025
<b>Resultado do semestre</b>	<b>17.673</b>
Outros resultados abrangentes	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>17.673</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de Capital	Reserva de Lucro	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>290.876</b>	<b>(608)</b>	<b>6.750</b>	<b>125.723</b>	<b>-</b>	<b>422.741</b>
<i>Ajustes iniciais na adoção da Resolução BCB n° 352</i>	-	608	-	-	(608)	-
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2025</b>	<b>290.876</b>	<b>-</b>	<b>6.750</b>	<b>125.723</b>	<b>(608)</b>	<b>422.741</b>
Reserva de capital	-	-	4.592	-	-	4.592
Resultado do semestre	-	-	-	-	17.673	17.673
<b>Saldos em 30 de junho de 2025</b>	<b>290.876</b>	<b>-</b>	<b>11.342</b>	<b>125.723</b>	<b>17.065</b>	<b>445.006</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Semestre findo em 30 de junho de 2025

(Em milhares de reais)

	<b>30/06/2025</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
<b>Resultado do período</b>	<b>17.673</b>
<b>Ajustes ao lucro líquido</b>	<b>36.340</b>
Pagamento baseado em ações	4.592
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	72
Depreciação e amortização	25.160
Imposto de renda e contribuição social diferido	6.844
Constituição/reversão de provisões judiciais	(330)
Resultado de participações em coligadas e controladas	2
<b>Resultado ajustado</b>	<b>54.013</b>
<b>Varição nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(261.007)</b>
Instrumentos financeiros	219.229
Impostos a compensar ou a recuperar	8.702
Outros créditos	4.144
Depósitos e demais instrumentos financeiros	(14.978)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	4.932
Outras obrigações	(483.036)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>(206.994)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	
Aquisição de intangível e imobilizado	(22.424)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(22.424)</b>
<b>Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(229.418)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	
No início do período	233.262
No fim do período	3.844
<b>Aumento / Redução do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(229.418)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Magalupay Instituição de Pagamento S.A. (anteriormente denominada Hub Instituição de Pagamento S.A.) ("Instituição", "Companhia" ou "MagaluPay") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Maria Prestes Maia, 300, sala 6D, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 13.884.775/0001-19.

A alteração da razão social de Hub Instituição de Pagamentos S.A. para MagaluPay Instituição de Pagamento S.A., em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu em 04 de novembro de 2024, e foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2025.

A Instituição é controlada pela Magalu Holding Ltda., subsidiária integral da Magazine Luiza S.A. A mudança reforça o alinhamento estratégico da Companhia com a identidade e os objetivos do ecossistema Magazine Luiza, consolidando sua atuação no setor de pagamentos digitais.

Constituída em 27 de setembro de 2011, a MagaluPay tem por objeto social a emissão, administração e processamento de cartões de pagamento de instrumentos pré-pagos e pós-pagos de uso nacional e internacional, bem como o credenciamento, por meio de terceiros, para aceitação de instrumentos de pagamento.

Em julho de 2020, a Companhia foi autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) como instituição de pagamento nas modalidades de emissor de moeda eletrônica.

## 2. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Magalupay Instituição de Pagamentos S.A. foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07) em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, emitido pelo BACEN.

Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras a Companhia está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de agosto de 2025.

## 2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

### i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionada.

### ii) Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado no período em que as estimativas são revisadas.

### iii) Normas que entraram em vigor no período corrente

#### a) **Resolução CMN nº 4.966/21e Resolução BCB nº 352/23**

Em 23 de novembro de 2023, o BACEN publicou a Resolução BCB nº 352/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, a qual define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e da norma brasileira CPC 48.

Os critérios contábeis oriundos desta resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Conforme as diretrizes do artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, não serão apresentadas informações para fins comparativos nas demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Foi avaliado os efeitos da Resolução BCB 352/23 nas demonstrações financeiras da Magalupay e a conclusão foi que o impacto decorrente a adoção da nova norma é de baixa relevância para os resultados e para a posição patrimonial e financeira da instituição. Isso decorre do fato de que:

- Os principais ativos da Instituição não se enquadram no escopo de apuração de perda esperada;
- Os ativos não possuem custos ou fluxos de recebimentos que alterem a taxa de juros efetiva atualmente utilizada.

## 2. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

### iii) Normas que entraram em vigor no período corrente--Continuação

#### a) **Resolução CMN nº 4.966/21e Resolução BCB nº 352/23--Continuação**

O ajuste demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), no valor de R\$608, refere-se a títulos e valores mobiliários que, até 31 de dezembro de 2024, eram classificados como disponíveis para venda, com o reconhecimento da atualização desses ativos sendo feito como Outros Resultados Abrangentes. A partir de 1º de janeiro de 2025, esses ativos passaram a ser classificados como Valor Justo no Resultado (VJR), e o reconhecimento no resultado já está ocorrendo desde essa data.

Conseqüentemente, o saldo registrado de R\$608, que anteriormente era classificado no Patrimônio Líquido como Outros Resultados Abrangentes, foi reclassificado, em conformidade com o Art. 94 da Res. BCB 352/23, para a rubrica de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Dessa forma, não houve impactos significativos na performance financeira, tampouco na situação patrimonial do Magalupay em decorrência da aplicação da Resolução CBC 352/23.

#### b) **Resolução BCB nº 178/22**

Em 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução BCB nº 178/22 com alterações através da Resolução BCB nº 391/24 que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas instituições de pagamentos.

Em 30 de junho de 2025, a Companhia não possuía contratações de arrendamento mercantil e, conseqüentemente, não teve impactos com a nova Resolução.

## 3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

### a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem: (i) depósitos bancários em moeda nacional; e (ii) aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e utilizados na gestão de caixa dos compromissos financeiros de curto prazo da Instituição.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### b) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Instituição pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras, na data do balanço, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

#### c) Instrumentos financeiros

##### i) Classificação dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Magalupay são classificados com base nos modelos de negócios definidos pela Administração para sua gestão e nas características contratuais dos fluxos de caixas dos ativos que compõem esses modelos, de acordo com as seguintes categorias:

**Custo Amortizado (CA)** - os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- (a) O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- (b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal (SPPJ), em datas especificadas.

**Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA)** - os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

- (a) O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- (b) Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal (SPPJ), em datas especificadas.

**Valor Justo no Resultado (VJR)** - os demais ativos financeiros.

A categoria depende do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Instrumentos financeiros--Continuação

##### i) Classificação dos ativos financeiros--Continuação

O modelo de negócio é um documento formalizado pela Companhia que representa a forma como é efetuada a gestão conjunta dos ativos financeiros para gerar fluxos de caixa e não depende das intenções da Administração em relação a um instrumento individual, mas sim da forma como determinados grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo específico, considerando todas as informações relevantes.

O Modelo de Negócio é um documento formal que descreve como a Companhia gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. Ele reflete a gestão conjunta de grupos de ativos para alcançar um objetivo específico, independentemente da intenção sobre um instrumento individual.

**Teste SPPJ:** Para que ocorra a classificação contábil, é necessário aplicar o Teste SPPJ para avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado como Valor Justo por meio do Resultado.

##### ii) Apuração de Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito

A Magalupay IP realiza a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pela metodologia simplificada, de acordo com os critérios da Resolução BCB nº 352/23.

A provisão para perdas esperadas deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 - de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestadas, considerando o aumento significativo do risco de crédito.

A Resolução BCB nº 352/23 define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

**Estágio 1:** Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, a Instituição reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses. Aplicável aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito.

**Estágio 2:** Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da Probabilidade de Default ("PD") inicial e a PD corrente. Um instrumento financeiro migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Instrumentos financeiros--Continuação

##### ii) Apuração de Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito--Continuação

Estágio 3: Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

São classificados neste estágio: (i) os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas sem que seja necessário recorrer a garantias ou à colaterais; e (ii) os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (stop-accrual), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3 é constituída provisão para perdas incorridas como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (accrual) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação.

No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Instrumentos financeiros--Continuação

##### iii) Operações renegociadas e/ou reestruturadas

A Resolução BCB nº 352/23 apresenta os seguintes conceitos em relação a reestruturações e renegociações:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Os instrumentos financeiros renegociados, inclusive os reestruturados, abrangendo:

- (a) o montante dos instrumentos financeiros baixados e dos novos instrumentos reconhecidos, segregados por classe, em virtude da renegociação não caracterizada como reestruturação de instrumentos financeiros;
- (b) o percentual dos ativos financeiros reestruturados em relação ao total de instrumentos financeiros renegociados, incluindo os reestruturados; e
- (c) o ganho ou a perda líquida reconhecida quando da reestruturação.

No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, o instrumento financeiro deve ser reavaliado para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Reestruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. Ao valor contábil bruto do ativo financeiro reestruturado devem ser acrescidos os custos de transação e deduzidos eventuais valores recebidos na reestruturação do instrumento. A diferença resultante da reavaliação mencionada no caput deve ser reconhecida no resultado do período em que ocorrer a reestruturação.

Atualmente a Companhia não possui custos ou receitas adicionais quando da reestruturação de um contrato.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### c) Instrumentos financeiros--Continuação

##### iv) Taxa de Juros Efetiva

A Taxa de Juros Efetiva (TJE) é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou passivo financeiro ao seu valor contábil bruto. Para o cálculo da TJE, a Instituição deve estimar os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, como receitas recebidas relacionadas à aquisição ou originação do ativo financeiro, taxas de avaliação da situação financeira e do risco de crédito da contraparte para o instrumento específico, custos de avaliação e registro de garantias, custos de processamento de documentos e fechamento da transação, custos de originação pagos, custos de transação, como taxas e comissões pagas a agentes, consultores, corretores e revendedores, além de outros custos diretamente atribuíveis, exceto a perda de crédito futura. Dessa forma, as rendas do ativo ou despesas do passivo financeiro que são diretamente atribuíveis, materiais e controláveis são reconhecidas de acordo com a TJE da operação (TJEO).

Os ativos que integram os modelos de negócio da Magalupay são classificados ao custo amortizado (CA) ou pelo valor justo no resultado (VJR), pela taxa contratual, pois não foram identificados custos relevantes atribuíveis aos instrumentos financeiros, resultando na coincidência entre a taxa contratual e a taxa de juros efetiva (TJE), ou seja, sem incidência de custos ou recebimentos das transações.

#### d) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Instituição mensura seus instrumentos financeiros em conformidade com a Resolução BCB nº 352/13, que estabelece critérios de mensuração a valor justo. A mensuração do valor justo é determinada com base na hierarquia. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os valores justos são observáveis ou não observáveis, classificados pelo Nível 1, Nível 2 e Nível 3.

A MagaluPay possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam confiáveis, consistentes com os requisitos da resolução, refletindo de forma fidedigna o valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo a revisão e a aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

#### e) Transações de pagamento

Compreendem os valores decorrentes das operações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, emitidos por instituições financeiras, cujo recebimento ocorre por intermédio das instituições adquirentes. Os saldos são registrados líquidos das taxas de intercâmbio aplicáveis.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### e) Transações de pagamento--Continuação

De acordo com o modelo de negócio da Instituição, esses recebíveis são classificados e mensurados ao custo amortizado, conforme previsto na Resolução BCB 352/23, uma vez que são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais. Também constitui provisão para perda esperada de crédito sobre as transações de pagamento ajustadas por fatores prospectivos.

#### f) Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas com serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é diferido ao longo do tempo em contrapartida à conta de despesa na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes à emissão de cartões, as quais são diferidas utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil dos cartões.

#### g) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas foram reconhecidos, inicialmente, pelo custo verificado na incorporação e são avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial.

#### h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado menos os seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

#### i) Intangível

Os ativos intangíveis, incluindo *software* e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou de outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos pela Instituição e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante a sua vida útil econômica.

Gastos diretamente atribuíveis relacionados a ativos intangíveis (sistemas) gerados internamente são capitalizados a partir da data em que a Instituição é capaz de demonstrar, entre outras condições, a sua viabilidade técnica, a intenção de conclusão, a capacidade de uso e, também, pode demonstrar prováveis benefícios econômicos futuros.

Os valores de intangíveis originados em uma combinação de negócio são amortizados com base nos prazos definidos no laudo de alocação de preço de compra.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa, anualmente ou quando houver evidência de perda, o valor contábil dos seus ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável dos ativos.

No semestre findo em 30 de junho de 2025, não houve necessidade de se constituir perda por *impairment*.

#### k) Depósitos

Correspondem aos valores depositados por clientes na conta da Magalupay que fazem parte da modalidade de conta de pagamento pré-paga.

#### l) Valores a repassar aos estabelecimentos

São relativos às obrigações a pagar aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Instituição pelos produtos vendidos nas plataformas de *e-commerce* do Grupo Magalu, no prazo de até 12 (doze) meses.

#### m) Receitas diferidas

Correspondem às receitas ainda não apropriadas ao resultado, as quais estão contabilizadas no passivo em contrapartida ao caixa da Instituição. No cumprimento da obrigação contratual a apropriação como receita efetiva ocorrerá pela fluência do prazo definido.

#### n) Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado.

#### o) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Administração da Instituição acreditar que a sua realização é praticamente certa, o que geralmente corresponde a processos com decisões favoráveis em julgamentos finais e inapeláveis, finalização de processos em decorrência de liquidação por pagamento ou como resultado de um acordo para compensar um passivo existente.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### o) Ativos e passivos contingentes--Continuação

As provisões são reconhecidas quando um evento ocorrido gera uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Tais provisões decorrem de processos judiciais e são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a sua probabilidade de perda como provável, possível e remota.

#### p) Reconhecimento de receita

Conforme CPC 47 – As receitas decorrentes da captura das transações são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, e outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

#### q) Tributação

##### *Impostos sobre serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre Serviços (ISS)	2,00%

As receitas de serviços são apresentadas na demonstração do resultado na conta de receita da intermediação financeira.

##### *Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

### 3. Principais práticas contábeis--Continuação

#### q) Tributação--Continuação

##### *Imposto de renda e contribuição social--Continuação*

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

#### r) Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 - Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o lucro/prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

#### s) Resultado não recorrente

O resultado não recorrente é aquele que não está relacionado ou está relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição, bem como não esteja previsto de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2025, não houve resultado classificado como não recorrente.

### 4. Caixa e equivalente de caixa

Em 30 de junho de 2025, a Magalupay Instituição de Pagamentos S.A definia como “Caixa e equivalentes de caixa” os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo.

	<b>30/06/2025</b>
<b>Disponibilidade</b>	<b>1.900</b>
Bancos	1.659
Reservas livres	241
<b>Ativo financeiro ao custo amortizado</b>	
Aplicação interfinanceira de liquidez (nota 5)	1.944
<b>Total Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>3.844</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.844</b>

## 5. Instrumentos financeiros

### a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2025, a Magalupay Instituição de Pagamentos S.A. possuía carteira correspondente a aplicação interfinanceira de liquidez, conforme abaixo:

	<b>30/06/2025</b>
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	
Aplicação em operações compromissadas	1.944
<b>Total</b>	<b>1.944</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.944</b>

(1) Aplicações vinculadas a saldos em conta de pagamento pré-paga, overnight, com taxa média de remuneração de 100% da taxa Selic.

### b) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2025, a Magalupay Instituição de Pagamentos S.A possuía carteira correspondente a títulos e valores mobiliários, conforme abaixo:

	<b>30/06/2025</b>
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado (1)</b>	
<b>Títulos privados</b>	
Debêntures	45.808
(+) Ajuste a Valor justo	7.481
<b>Total Títulos privados</b>	<b>53.289</b>
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	
Letras financeiras do tesouro - LFT	113.988
(-) MTM LFT	7.575
Cotas de Fundo Cambial	13.249
<b>Total Vinculadas a prestação de garantias</b>	<b>134.812</b>
<b>Total Geral</b>	<b>188.101</b>

(1) Pelas características de remuneração desse instrumento, que apresenta volatilidade nos fluxos de caixa contratuais, não passando no teste de SPPJ, esse ativo foi reconhecido e classificado como valor justo no resultado.

## 5. Instrumentos financeiros--Continuação

### c) Prazo de vencimento dos títulos por categoria

Os títulos e valores mobiliários estão com os prazos de vencimento até 365 dias, conforme segue:

Papel/Vencimento	Abaixo de 365 dias	Acima de 365 dias	Valor de custo	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
<b>Títulos privados</b>	-	<b>53.289</b>	<b>45.808</b>	<b>53.289</b>	<b>7.481</b>
Debênture		53.289	45.808	53.289	7.481
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>	<b>134.812</b>	-	<b>127.238</b>	<b>134.812</b>	<b>7.574</b>
Letras financeiras do tesouro - LFT	121.563	-	113.989	121.563	7.574
Cotas de Fundo Cambial	13.249	-	13.249	13.249	-
<b>Total</b>	<b>134.812</b>	<b>53.289</b>	<b>173.046</b>	<b>188.101</b>	<b>15.055</b>

Os títulos públicos foram mensurados pelo Nível 1 de hierarquia do valor justo e os títulos privados, pelo Nível 2, por não ter preço cotado em mercado ativo para o mesmo título e o valor justo ser obtido por meio de técnicas de avaliações baseadas em informações observáveis de mercado.

### d) Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2025, o saldo a título de relações interfinanceiras refere-se à aquisição de recebíveis, conforme abaixo:

	30/06/2025
<b>Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	
Transações de pagamento (1)	1.845.658
Conta PI - pagamentos instantâneos	32.919
Conta CCME - Conta moeda eletrônica	44.826
<b>Total</b>	<b>1.923.403</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.923.403</b>

(1) Transações de pagamento correspondem ao fluxo de recebíveis de adquirentes decorrentes de transações realizadas por meio de cartões de crédito e de débito nas plataformas de *e-commerce* do Grupo Magazine Luiza, estando sujeitas a eventuais ajustes, como cancelamentos e chargebacks.

### e) Outros créditos

	30/06/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	553
Adiantamentos a fornecedores	9.113
Depósitos Judiciais (nota explicativa 14 c)	1.254
Valores relativos a transações de pagamentos	347
Títulos e créditos a receber	28.887
Partes relacionadas ativo (Nota explicativa 23) (1)	3.391
Terceiros (2)	291.497
Outros	2.145
<b>Total</b>	<b>337.187</b>
<b>Circulante</b>	<b>335.933</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>1.254</b>

## 5. Instrumentos financeiros--Continuação

### e) Outros créditos--Continuação

- (1) Os saldos referem-se, substancialmente, aos valores a receber de clientes, relativos a cargas e serviços de administração das contas de pagamento.
- (2) Os saldos referem-se, aos serviços referente às cargas nas contas de pagamento e substancialmente o processo da subadquirência pela Magalupay.

## 6. Ativos fiscais

	30/06/2025
<b>a. Ativos fiscais correntes</b>	<b>11.711</b>
Imposto de renda a compensar (1)	8.880
Contribuição social a compensar (1)	2.715
Outros impostos a compensar	116
<b>b. Ativos fiscais diferidos</b>	<b>70.471</b>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	4.485
Provisões judiciais	3.489
Outras provisões	2.815
Agio (2)	36.639
Prejuízo fiscal	16.581
Base negativa de contribuição social	6.462
<b>Total</b>	<b>82.182</b>

- (1) IRPJ e CSLL a compensar no montante de R\$11.595 se referem a saldo negativo de anos anteriores e valores advindos de retenções na fonte sobre aplicação financeira.
- (2) Crédito tributário sobre o ágio no valor de R\$36.639 se refere ao ágio fiscal, do Impairment da incorporada Magalu Pagamentos, no ano de 2024 a Instituição obteve autorização do Banco Central do Brasil para ativação dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD), através do ofício 32771/2024-BCB/DESUC.

## 7. Outros valores e bens

	31/06/2025
Despesas antecipadas (1)	6.996
<b>Total</b>	<b>6.996</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.996</b>

- (1) Referem-se a despesas pagas antecipadamente e despesas de emissão/entrega de cartões, diferidas de maneira linear, com base na vida útil dos cartões.

## 8. Investimentos em controladas

Investimento	Participação direta	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo	30/06/2025
				Valor contábil investimento
Paypaxx	100%	628	(1)	627
Magalupay Voucher	100%	35	(1)	34
<b>Total</b>		<b>663</b>	<b>(2)</b>	<b>661</b>

## 9. Imobilizado de uso

### a) Composição

Bens do imobilizado	Taxa anual	Custo	Depreciação	30/06/2025
				Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	5.723	(3.848)	1.875
Móveis e utensílios	10%	9	(9)	-
<b>Total</b>		<b>5.732</b>	<b>(3.857)</b>	<b>1.875</b>

### b) Movimentação

Bens do imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições/Baixas	Depreciação	Saldo em 30/06/2025
Equipamentos de informática	1.839	420	(384)	1.875
Móveis e utensílios	7	(7)	-	-
<b>Total</b>	<b>1.846</b>	<b>413</b>	<b>(384)</b>	<b>1.875</b>

## 10. Intangível

### a) Composição

	30/06/2025		
	Custo	Amortização	Valor líquido
Softwares	320.401	(140.823)	179.578
Carteira de clientes	12.061	(12.061)	-
Marcas e patentes	61.461	-	61.461
Outros	282	-	282
<b>Total</b>	<b>394.205</b>	<b>(152.884)</b>	<b>241.321</b>

## 10. Intangível--Continuação

### b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Adições/ Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2025
Softwares	180.596	22.422	(23.440)	179.578
Carteira de clientes	1.723	-	(1.723)	-
Marcas e patentes	61.485	(24)	-	61.461
Outros	282	-	-	282
<b>Total</b>	<b>244.086</b>	<b>22.398</b>	<b>(25.163)</b>	<b>241.321</b>

Os softwares são amortizados conforme a sua vida útil econômica definida.

## 11. Depósitos e demais instrumentos financeiros

### a) Depósitos

	30/06/2025
<b>Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	
Conta de pagamento pré-paga (1)	137.221
<b>Total</b>	<b>137.221</b>

(1) O montante corresponde a depósitos efetuados pelos clientes na conta de pagamento pré-paga Magalupay. Estes valores são mantidos em Conta Corrente Correspondente à Moeda Eletrônica (CCME) e títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

### b) Relações interfinanceiras passivas

	30/06/2025
<b>Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado</b>	
Valores a liquidar - arranjos de pagamento (1)	48
	<b>48</b>

(1) Valores transacionados pelos clientes nos estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.

## 12. Imposto de renda e contribuição social

### a) Demonstrativo do cálculo de imposto de renda e contribuição social correntes

	30/06/2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	24.768
Adições/exclusões permanentes e temporárias	(10.831)
Compensação Prejuízo Fiscal	(4.181)
<b>Base de cálculo Lucro do IRPJ</b>	<b>9.756</b>
Ajuste do Imposto de Renda adicional	(12)
<b>Imposto de renda corrente antes dos Incentivos</b>	<b>2.427</b>
Deduções e Incentivos Fiscais	(215)
Ajuste IRPJ de períodos anteriores	(1.976)
<b>Despesa imposto de renda corrente</b>	<b>236</b>
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal	1.045
Constituição/Reversão Tributos sobre prejuízo fiscal ano anterior	(849)
Constituição/Reversão de tributos (ativo e passivo) diferidos	5.253
<b>Total Imposto de renda diferido</b>	<b>5.449</b>
<b>Total Imposto de Renda Corrente e Diferido</b>	<b>5.685</b>
Resultado antes da contribuição social	24.768
Adições/exclusões permanentes e temporárias	(13.206)
Compensação Base negativa CSLL	(3.468)
<b>Base de cálculo Lucro da CSLL</b>	<b>8.094</b>
<b>Despesa contribuição social corrente</b>	<b>728</b>
Ajuste CSLL de períodos anteriores	(712)
<b>Despesa contribuição social corrente</b>	<b>16</b>
Constituição/Reversão Tributos sobre base negativa de CSLL	312
Constituição/Reversão Tributos sobre base negativa de CSLL Ano anterior	(306)
Constituição/Reversão de tributos (ativo e passivo) diferidos	1.388
<b>Total contribuição social diferido</b>	<b>1.394</b>
<b>Total Imposto Contr. Social Corrente e Diferido</b>	<b>1.410</b>
<b>Total IR e CS Corrente e Diferido</b>	<b>7.095</b>

Os ajustes de exercícios anteriores referem-se aos créditos de SN de IRPJ e CSLL do exercício de 2024, que foram identificados após o encerramento do período no montante de R\$3.844 (sendo R\$2.689 de valores correntes e R\$1.154 de valores diferidos que impactaram a compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa), referentes a ajustes com incentivo de Lei do Bem aproveitados no período.

## 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### b) Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	<b>30/06/2025</b>
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	13.191
Provisões judiciais	10.263
Outras provisões	8.278
Marcação a Mercado	-
Ágio	107.762
<b>Base de cálculo</b>	<b>139.494</b>
Alíquota	34%
<b>Saldo imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>47.428</b>
Prejuízo fiscal	66.326
<b>Base de cálculo</b>	<b>66.326</b>
Alíquota	25%
<b>Saldo imposto de renda diferido</b>	<b>16.581</b>
Base negativa de contribuição social	71.804
<b>Base de cálculo</b>	<b>71.804</b>
Alíquota	9%
<b>Saldo contribuição social diferido</b>	<b>6.462</b>
<b>Saldo total do imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>70.471</b>

A Instituição registrou o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais/ bases negativas e diferenças temporárias e amortização do ágio dedutíveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido vem sendo realizado no decorrer do ano de 2024 na medida em que os prejuízos fiscais/ bases negativas estão sendo compensados e as diferenças temporárias e amortização do ágio estão sendo realizadas.

No ano de 2024, a Instituição obteve autorização do Banco Central do Brasil para ativação dos Ativos Fiscais Diferidos (AFD), conforme Art. 12 e Art. 13 da Resolução 15 BCB, de 17 de setembro de 2020.

Em 30 de Junho de 2025, a Instituição possuía o montante de R\$70.471 de crédito tributário, conforme Resolução nº 3.059, de 20/12/2002 do CMN - Conselho Monetário Nacional.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, em 30 de junho de 2025, é de R\$53.681.

### c) Movimentação do crédito tributário

	<b>30/06/2025</b>
<b>Saldo no início do semestre</b>	<b>77.315</b>
Constituição/reversão sobre prejuízo fiscal/base negativa	(203)
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(534)
Constituição/reversão sobre Amortização do Ágio	(6.107)
<b>Saldo final</b>	<b>70.471</b>

## 12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

### d) Realização futura do crédito tributário

Exercício	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2025	11.657	4.196	15.853
2026	20.810	7.492	28.302
2027	14.860	5.350	20.210
2028	4.490	1.616	6.106
<b>Total</b>	<b>51.817</b>	<b>18.654</b>	<b>70.471</b>

### e) Passivos fiscais e previdenciários

	30/06/2025
Provisão de Impostos e Contribuições IRPJ e CSLL S/ Lucro	2.940
Impostos e Contribuição s/Serviços de Terceiros	175
Impostos e Contribuições s/salários	7.203
Outros Impostos ISS, Pis e Cofins	2.235
<b>Total</b>	<b>12.553</b>

## 13. Outros passivos

	30/06/2025
<b>Valores a repassar:</b>	<b>1.962.839</b>
Repasse contratuais partes relacionadas (1)	815.765
Valores a repassar estabelecimentos (2)	1.147.074
<b>Outros:</b>	<b>203.794</b>
Despesas de pessoal	16.367
Fornecedores	1.739
Adiantamentos de clientes	2.776
Provisões a pagar diversas	2.485
Aquisições de bens e direitos	3.561
Rendas antecipadas	146.501
Valores a devolver Clientes	19.024
Contas a Pagar Fornecedor	9.213
Outros passivos	2.128
<b>Total Geral</b>	<b>2.166.633</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.166.633</b>

(1) Referem-se substancialmente aos valores a repassar para partes relacionadas transacionado na Magalupay como subadquirente.

(2) Valores a repassar para parceiros do marketplace do Grupo Magalu, relacionados a compras realizadas por clientes nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Instituição, a serem liquidados no prazo de até 12 meses.

## 14. Provisões passivos contingentes

A Instituição é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para processos trabalhistas e cíveis classificados como perda provável, conforme abaixo.

### a) Saldos passivos contingentes

	30/06/2025
Trabalhistas	59
Cíveis	1.095
Mais-valia	8.545
Outros (1)	1.219
<b>Total</b>	<b>10.918</b>

(1) Referem-se substancialmente a provisão da liminar do INSS e a provisão de risco da Mais Valia.

Em 30 de junho de 2025, a Instituição possuía ações cíveis, no valor de R\$2,2MM; e ações trabalhistas, no valor de R\$1.4MM, classificadas com risco de perda possível pelos seus assessores jurídicos.

### b) Movimentação

	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações	30/06/2025
Trabalhistas	210	-	(160)	9	59
Cíveis	1.440	234	(579)	-	1.095
Outros	9.598	122	-	44	9.764
<b>Total</b>	<b>11.248</b>	<b>356</b>	<b>(739)</b>	<b>53</b>	<b>10.918</b>

### c) Depósitos judiciais (nota 5.e)

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros Créditos.

	31/12/2024	Adições	Reversões	Atualizações	30/06/2025
Trabalhistas	42	-	(2)	-	40
Cíveis	297	230	(304)	4	227
Outros	871	116	-	-	987
<b>Total</b>	<b>1.210</b>	<b>346</b>	<b>(306)</b>	<b>4</b>	<b>1.254</b>

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital social

	30/06/2025
Capital Social	290.876
<b>Total</b>	<b>290.876</b>

O Capital social da Instituição é de R\$290.876 em 30 de junho de 2025, dividido em 290.875.756 ações ordinárias no valor de R\$1,00.

### b) Reserva de Lucros

A conta de reserva de lucros é composta por reserva legal e reserva especial de lucros. Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 a Magalupay deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal e não poderá exceder 20% do capital integralizado.

Reserva especial de lucros - Nos termos da Lei nº 11.638/07 o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva.

	30/06/2025
Reserva Legal	6.286
Reserva de Lucro	119.437
<b>Reserva de Lucros</b>	<b>125.723</b>

### c) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Magalupay, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo anual sobre o lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira da Instituição, inclusive se a Administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para a Instituição.

### d) Reserva de capital

#### Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

A Instituição utilizou, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações da emissão (MGLU3) aos ex-proprietários/desenvolvedores de software adquiridas. Adicionalmente à parcela fixa do preço de aquisição, os desenvolvedores chave fazem jus ao recebimento de parcela variável do preço de aquisição, no valor total de até R\$10.687.500,00 (dez milhões, seiscentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) ("Earn-Out"), a depender do cumprimento das metas de performance estabelecidas entre a Cessionária e os Desenvolvedores Chave ("Metas de Performance"), entre a junho de 2021 e julho de 2025 ("Prazo do Earn-Out").

## 15. Patrimônio líquido--Continuação

### d) Reserva de capital--Continuação

#### *Plano de incentivo baseado em ações*

A Instituição possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações que tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Instituição ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Instituição; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da MagaluPay e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, por meio do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas, em 30 de junho de 2025:

Programa ILP	Data Outorga	Data Liberação	Ações Butas Qtde Atual	Valor Ação ILP (em reais)	Vlr Total das Ações Brutas
ARD2021	15/05/2021	9/2024	3.176	200,00	635.200
ARD2021	15/05/2021	9/2025	3.176	200,00	635.200
ARD2021	15/05/2021	9/2026	4.235	200,00	847.000
ARRET32024	02/10/2024	7/2025	10.000	9,65	96.500
ARRET32024	02/10/2024	7/2026	10.000	9,65	96.500
ARRET32024	02/10/2024	7/2027	10.000	9,65	96.500
11°PROGARRET_I	10/03/2025	5/2026	584.795	8,01	4.684.208
11°PROGARRET_I	10/03/2025	5/2027	584.795	8,01	4.684.208
11°PROGARRET_I	10/03/2025	5/2028	584.795	8,01	4.684.208
11°PROGARRET_I	10/03/2025	5/2029	194.932	8,01	1.561.405
ARSTOQ	24/08/2020	9/2025	52	212,40	11.045
MS2025	14/06/2025	6/2026	16.227	8,94	145.069
MS2025	14/06/2025	6/2027	16.227	8,94	145.069
MS2025	14/06/2025	6/2028	16.713	8,94	149.414
			<b>2.039.123</b>		<b>18.471.526</b>

## 16. Resultado da intermediação financeira

	30/06/2025
<b>Receita da Intermediação financeira</b>	
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	
Rendas operações compromissadas - LTN	4.930
<b>Operações com Títulos e Valores Mobiliários</b>	
Título de renda fixa - Debênture	8.667
Título de renda fixa - LFT	6.156
Aplicação em fundo de investimento	(997)
Outros rendimentos e ajustes de marcação a mercado (1)	1.963
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(71)
<b>Total</b>	<b>20.648</b>

(1) Rendimento da conta PI (Conta Pagamentos Instantâneos)

## 17. Receita operacional

	30/06/2025
<b>Receitas de tarifas e similares</b>	
Intercâmbio	310
Tarifa de serviços (1)	403.862
<b>Total</b>	<b>404.172</b>

(1) Receita de serviços refere-se, principalmente, às comissões cobradas pela Instituição pelo processamento de operações financeiras transacionadas nas plataformas de *e-commerce* do Grupo Magazine Luiza e serviços de gestão de contas de pagamento.

## 18. Despesas de pessoal

	30/06/2025
Proventos	(20.797)
Honorários Diretoria	(1.771)
Benefícios	(7.047)
Encargos sociais	(9.665)
Outras	(107)
<b>Total</b>	<b>(39.387)</b>

## 19. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2025
Custo com tarifas e similares	(397)
Depreciação e amortização (1)	(25.069)
Serviços especializados	(9.213)
Serviços de comunicação	(759)
Manutenção e conservação	(1.824)
Processamento de dados	(12.835)
Outras	(866)
<b>Total</b>	<b>(50.963)</b>

(1) Despesa apresentada líquida de créditos de PIS e COFINS.

## 20. Despesas tributárias

	<b>30/06/2025</b>
COFINS	(30.055)
PIS	(6.336)
ISS	(6.948)
Outras despesas tributárias	(136)
<b>Total</b>	<b><u>(43.475)</u></b>

## 21. Despesa com transação de pagamento

	<b>30/06/2025</b>
Taxas de antecipações	(136.824)
Taxa MDR	(126.883)
Despesas de gerenciamento de informação	(2.588)
Despesa com bandeira	(1.455)
Despesa de compensação e liquidações com cartões	(694)
Outras tarifas e taxas referente a transação de pagamento	(80)
<b>Total</b>	<b><u>(268.524)</u></b>

## 22. Outras receitas/despesas operacionais

### a) Outras receitas operacionais

	<b>30/06/2025</b>
Rendas aquisição de cotas	1.320
Reversão provisões de contingência	739
Receita de Juros	1.058
Rendas crédito vinculado ao Bacen	3.549
Receita de Incentivo	10.000
Receita de intermediação e processamento	286
Recuperação de Fraude	287
Outras receitas	417
<b>Total</b>	<b><u>17.656</u></b>

### b) Outras despesas operacionais

	<b>30/06/2025</b>
Provisão de contingência	(234)
Despesa com subadquirência	(13.157)
Despesa com perda operacional	(554)
Despesas com indenização judicial	(402)
Outras despesas operacionais	(979)
<b>Total</b>	<b><u>(15.326)</u></b>

## 23. Partes relacionadas

Partes relacionadas são definidas como os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definição contida no CPC 05 (R1).

As transações da Instituição com partes relacionadas resumem-se à prestação de serviços de emissão e administração de contas pré-pagas no curso normal de suas atividades e em condições de mercado.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	30/06/2025
<b>Ativo</b>	
<b>Contas a Receber</b>	<b>3.396</b>
Fintech Magalu Holding Ltda	1.421
Magazine Luiza(1)	1.960
Consórcio Magalu	10
Tonolucro	5
<b>Passivo</b>	
<b>Contas a Pagar</b>	<b>815.772</b>
Magazine Luiza	326.031
Kabum	299.256
Netshoes	174.431
Época Cosméticos	8.707
Consórcio Magalu	3.096
Outros	4.251

(1) Saldo a receber da Magazine Luiza, referente a prestação de serviço e *cashback* concedido nas contas de pagamento.

## 24. Gerenciamento de riscos

A Instituição possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a MagaluPay possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos e Compliance: responsável por definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos implantados e, por fim, disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se, de fato, estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: responsável pelo acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da Instituição, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

## 24. Gerenciamento de riscos--Continuação

Como principais riscos que a Instituição está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

### a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Instituição e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A MagaluPay possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsáveis pela preparação e testes periódicos do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do COMEX, que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

### b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como o risco de prejuízo financeiro da Instituição caso uma contraparte em um ativo financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e outros créditos.

A Instituição adota mecanismos para mitigar e monitorar esses riscos.

### c) Risco de liquidez

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Instituição são monitorados, diariamente, pela Tesouraria e reportados à Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessárias, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Instituição possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão. Os depósitos dos clientes ainda não utilizados em transações são mantidos em conta especial ou títulos públicos federais.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Magalupay podem ser encontradas no documento publicado em nosso site:

<https://www.magalupay.com.br/documentos-regulatorios/>

## 24. Gerenciamento de riscos--Continuação

### d) Risco de mercado

É o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros que podem afetar os ganhos ou as perdas da Instituição. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Instituição.

#### *Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Instituição estava exposta na data-base de 30 de junho de 2025, foram projetados 3 cenários para a análise de sensibilidade. Foram calculados cenários com base na Selic, no período de 12 meses, com variações de 275 *basis points* e 450 *basis points*.

Para cada cenário, foi calculada a “receita bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2025, projetando um ano e verificando a sensibilidade do Selic para cada cenário, conforme segue:

<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>Saldos em 30/6/2025</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Debêntures	53.288	15,00%	12,25%	10,50%
Letras financeiras do tesouro	121.564	15,00%	12,25%	10,50%
Cotas de Fundo Cambial	13.249	15,00%	12,25%	10,50%
<b>Receita Financeira</b>	<b>188.101</b>	<b>24.535</b>	<b>20.528</b>	<b>17.874</b>

<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>Saldos em 30/06/2025</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Indexador		15,00%	12,25%	10,50%
Debêntures	53.288	6.951	5.815	5.064
Letras financeiras do tesouro	121.564	15.856	13.267	11.551
Cotas de Fundo Cambial	13.249	1.728	1.446	1.259

<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>Saldos em 30/06/2025</b>	<b>Cenário Provável (I)</b>	<b>Cenário (II)</b>	<b>Cenário (III)</b>
Indexador		9,00%	8,81%	5,88%
Debêntures	35	3	2	2
Letras financeiras do tesouro	225.950	20.246	15.184	10.123
Cotas de Fundo Cambial	135.685	12.212	91.159	6.106

### e) Capital regulatório

A BCB nº 201/2022 dispõe sobre o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência para instituições classificadas como Tipo 3, com apuração de 17% (a partir de fevereiro de 2025) ao montante dos ativos ponderados pelo risco para Conglomerado Prudencial. A Instituição encerrou o 1º semestre de 2025 com Índice de Basileia de 21,96%.

## **25. Cobertura de seguros**

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

## **26. Eventos subsequentes**

Em conformidade com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24 - Evento Subsequente, a Administração avaliou a ocorrência de fatos posteriores à data-base das demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão destas demonstrações não foram identificados eventos subsequentes que pudessem exigir ajustes ou divulgação adicional, que afetassem de forma relevante a posição patrimonial e financeira ou o desempenho da Instituição no período apresentado.

**MEMBROS DA DIRETORIA**

Fabio Itiro Bonifácio Murakami  
**Diretor de Produtos**

Paulo Augusto Pannuzio de Castro  
**Diretor de Auditoria Interna**

Lélio Marcos Rodrigues Bertoni  
**Diretora de Ouvidoria**

Kahue Souza Cardoso  
**Diretor de Riscos**

Leandro Hespanhol dos Santos  
**Diretor Comercial**

Rebeca Virginia Villagra Lima  
**Diretora de *Compliance* e PLD**

Michelle Marinho Pereira Silva  
**Contadora**  
CRC 1SP249302